



Anais da Assembléia

N.º 001

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 03 DE JANEIRO DE 1983

ANO IX

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 127ª SESSÃO ORDINÁRIA
(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

REALIZADA EM 03 DE JANEIRO DE 1983

(Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Jurandir Messias e Lázaro Dumont.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Valter Pietrângelo, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob os números DTL/175, 176, 177, 178 e 179/82, do Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO, os Projetos de Lei sob os seguintes números:

92/82: Do Senhor Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a CASA DA CRIANÇA DE CAMBARÁ, entidade filiada à Sociedade São Vicente de Paula, com sede e foro na cidade de Cambará, o qual convertido em Lei tomou o número 7.684. — **Anote-se. Arquive-se.**

85/82: Do Senhor Deputado LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA, que declara de utilidade pública a IGREJA EVANGÉLICA PENTECOSTAL LUZ DE CRISTO, com sede e foro em Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o número 7.685. — **Anote-se. Arquive-se.**

125/82. Do Senhor Deputado ADALBERTO DAROS, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO BRASIL - ASSOCIBRÁS, com sede e foro no Município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o número 7.686. — **Anote-se. Arquive-se.**

175/82: Do Senhor Deputado LUIZ GABRIEL SAMPAIO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao COMENDADOR GIANFRANCO BERTONI, o qual convertido em Lei tomou o número 7.687. — **Anote-se. Arquive-se.**

112/82: Do Senhor Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública a entidade denominada COLABORA-DORES DO BRASIL ou MISSÃO CO-LAB, com sede e foro no Município de Xambrê, o qual convertido em Lei tomou o número 7.688. — **Anote-se. Arquive-se.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de publicação e votação da Redação Final dos Projetos de Lei e Resoluções, aprovados em 3.ª Discussão na sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 03 de janeiro de 1983.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado voto de regozijo ao Presidente da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná, Eleutério Dallazem, pelos êxitos do "Seminário para Prefeitos dos Novos Municípios" e "Seminário para Prefeitos que Deixam os Cargos".

Requer, outrossim, que uma vez aprovado o presente requerimento, seja dado conhecimento ao homenageado, ao Senhor Governador do Estado e ao Secretário de Desenvolvimento dos Municípios.

Sala das Sessões, em 03 de janeiro de 1983.

(a) AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

Há aproximadamente dois anos, a Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná, por inspiração do seu Presidente Eleutério Dallazem, vem preparando o instrumental para a instalação dos 20 novos municípios.

Tendo na mais alta linha de conta as dificuldades por que passam quase todos os municípios brasileiros, situação que assume contornos mais pungentes para os municípios recém criados, haja vista que encontrarão óbices elevados, tanto de natureza material quanto físicas e, até de pessoal, a FAMEPAR, elaborou uma coletânea de quatro volumes, contendo modelos de legislação e de documentos destinados a proporcionar que as Prefeituras estejam aparelhadas desde o primeiro instante.

Como corolário dessa iniciativa, foi realizado o "Seminário para os Prefeitos dos Novos Municípios", de grande alcance e proveito para os futuros administradores municipais.

Paralelamente, a FAMEPAR não descuidou-se dos demais municípios, principalmente daqueles que tiveram os seus Prefeitos eleitos em 15 de novembro passado, orientando-os através do "Seminário para Prefeitos que Deixam os Cargos", para uma transmissão em ordem e facilitadora aos novos alcaides.

O evento foi realizado de forma descentralizada.

Assim, Londrina, Paranavai, Cascavel, Francisco Beltrão e Curitiba receberam os agentes públicos municipais mais próximos, permitindo desta forma, um maior aprofundamento dos trabalhos.

Na ocasião, a FAMEPAR procedeu a entrega da publicação "Providências dos Prefeitos que Deixam os Cargos", pioneira também, e sem similar, a nível nacional.

A Coletânea para os Prefeitos dos Novos Municípios foi recebida com entusiasmo pela Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios - SAREM, a qual deverá providenciar a outros Estados da Federação a adoção de igual medida.

São iniciativas que estão a demonstrar o alto espírito público, o largo descortínio e a segura liderança do Presidente da FAMEPAR, Eleutério Dallazem, a quem rendemos as nossas homenagens.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, tendo em vista que o projeto de lei em fase de aprovação nesta Casa virá atender parcialmente o disposto no Projeto de Lei n.º 148/82, a retirada e o conseqüente arquivamento desse plano de lei, de autoria deste parlamentar.

Sala das Sessões, em 03 de janeiro de 1983.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, na forma regimental, a inversão para a votação da matéria constante da Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 03 de janeiro de 1983.

(a) TRAJANO BASTOS

Projetos de Lei.

PROJETO DE LEI N.º 01/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Loja Maçônica Marechal Deodoro n.º 47, com sede e foro na cidade de Engenheiro Beltrão, neste Estado.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de janeiro de 1983.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes serviços de assistência social aos menos favorecidos da região e principalmente às crianças pobres de Engenheiro Beltrão.

A documentação que estamos anexando, preenche todos os requisitos da Lei que disciplina a matéria, bem como comprova o espírito assistencial da entidade.

Com isso apresentamos o presente plano de lei, que esperamos contar com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.º 02/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica revogado o Art. 3.º da Lei n.º 7.317, de 28 de maio de 1980.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de janeiro de 1983.

(aa) Deni Schwartz, Mário Celso, João Elísio, Nilso Sguarezi, Darcy Deitos, Tadeu Lúcio Machado, José Domingos Scarpellini, Gilberto Agibert Filho, Carlos Zanlorenzi, Jurandir Messias, Lineu Turra, Renato Bernardi, Fidelcino Tolentino, Trajano Bastos, Renatô Bueno, Gernote Kirinus, Adalberto Daros e Nelson Friedrich.

JUSTIFICATIVA:

O Art. 3.º da Lei n.º 7.317, de 28/05/80, tem por objetivo atribuir vantagens aos integrantes do egrégio Tribunal de Contas do Estado, que são privativas aos membros da Magistratura.

Tal artigo teve a sua aprovação por esta Casa através de Emenda de Plenário e em condições que, na época, ocasionou inúmeras discussões sobre a sua constitucionalidade e legalidade.

Assim sendo, o propósito do presente Projeto de Lei é reparar uma ilegalidade que foi consumada neste Poder Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

A Mesa informa de que a entrega do Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Doutor Abdo Kudry que deveria se realizar amanhã, às 10:00 horas, fica transferido para uma próxima data a ser marcada, em razão de sua ausência do Estado.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, no horário destinado à Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Para conquistar a democracia, creio eu que o verdadeiro democrata deixa sua vontade de lado e segue a vontade coletiva. Em 1978, após sair da Prefeitura de Arapongas, pretendia ser candidato a Deputado Federal, mas, apelos de companheiros da região e para compor um quadro que na realidade atendia aos interesses de vários diretórios, candidatei-me a Deputado Estadual. Deixei de fazer aquilo que pretendia para me submeter à vontade dos companheiros.

Durante quatro anos estive aqui na Assembléia, e aqueles que assíduos observaram o trabalho desta Casa, sabem que fui pelo menos durante três anos, muito assíduo, muito ativo, defendendo os postulados impostos pelo programa do meu Partido. A mesma coisa quero reconhecer, não foi possível fazer principalmente no ano de 1982, quando pela vontade de toda organização do meu Partido, tive que dedicar a maior parte do meu tempo à organização partidária. Sempre acreditei que na organização do povo e na mobilização do povo, estava o nascedouro da vitória que iríamos conquistar. Muitas vezes saía desse plenário, mesmo sem responder a chamada, para, sozinho, muitas vezes torno a repetir, sair pelos caminhos do Paraná para fazer diretórios em cidades onde nunca a organização partidária da Oposição tinha chegado. E hoje, praticamente nessa despedida, eu me sinto um homem realizado, porque mesmo não fazendo aquilo que pretendia fazer, que era ter sido candidato a Deputado em 1970 e deixando no interesse do meu Partido, dos meus companheiros, deixei de disputar uma vaga nesta Assembléia em 70, da mesma maneira em 1978, como já falei, não disputei a Câmara Federal para, através de um agrupamento, representar os democratas que acreditaram e votaram no meu nome. Não realmente no meu nome, mas numa proposta política que nós tínhamos levado a todo Paraná.

Em 1982, a mesma coisa aconteceu. Gostaria de ter sido candidato a Deputado Federal, para lá, em Brasília, lutar pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, que é, no meu entendimento, no entendimento do meu Partido, o caminho correto que deve ser trilhado pela Nação brasileira para conseguir realmente, o estado de direito democrático. Mas, atendi uma vez o chamamento dos meus companheiros e eu sou companheiro na hora difícil, não sou companheiro só na hora fácil não. Voltei para disputar a Prefeitura de Arapongas, para combater os meus adversários do PDS, que é bom frisar, lutaram de maneira correta contra minha candidatura, mas tenho que registrar aqui também, para lutar contra os verdadeiros assaltantes que estão dentro do PMDB e precisam ser expulsos do PMDB

pelo voto popular, pelo programa, pelas diretrizes, pelos democratas que têm obrigação de empunhar essa bandeira e não fazer com que os oportunistas como esses da minha cidade, capitaniados pela família Grassan, esses não podiam ter vez dentro do PMDB que é a grande esperança do povo do Paraná.

Ganhamos a eleição, porque fizemos uma proposta nova, ganhamos a eleição, porque tivemos competência para organizar um Partido, que hoje, só não existe no Município de Porto Rico e de Jardim Olinda. Mas ontem mesmo a minha mulher, que seguirá o meu passo, o meu caminho nesta Casa, recebeu reiterados apelos de oportunistas de Jardim Olinda que primeiro não deixaram os democratas se organizarem naquele pequeno município, fazendo todo o tipo de pressão, frutos da ditadura maior, filhotes do autoritarismo. Hoje estão aí, companheiros do PMDB, verdadeiros democratas que se assentam nesta Casa, hoje estão lá querendo organizar o PMDB que eles acusaram ontem de impatriótico partido, que acusaram ontem de comunista. Hoje querem fazer o PMDB.

É necessário que o nosso partido tenha as portas abertas para os democratas, mas não seja uma casa de tolerância, para como estes, que entraram pela porta do fundo, como estes de Arapongas, que entraram pela porta do fundo, mas como um assaltante que entra de madrugada pela porta do fundo, não se torna dono da casa que tentam assaltar, aqueles também já receberam na urna uma derrota imposta pelo povo. Imposta esta derrota, aqueles mentirosos que apunhalaram a democracia, se submeteram a todo o tipo de ditador neste País. Coniventes, omissos, íntimos da repressão. Inclusive chegavam a emprestar carros para transportar os democratas de meu partido para as prisões.

Sempre fui a favor da incorporação, como Presidente do PMDB todos os meus companheiros e o Paraná sabe, que nós dedicamos toda a nossa força para fazer com que a incorporação realmente frutificasse, unindo os companheiros do antigo PP, liderados pelo ex-Governador Canet, pelos nossos companheiros, muitos vindos lá do antigo MDB, calejados na luta contra a ditadura, contra o arbítrio, contra a opressão e hoje temos aí um grande partido. O PMDB é o partido mais organizado do Brasil. Os companheiros que estão aqui, líderes legítimos, não só aqueles que se elegeram, mas também os companheiros como Lineu Turra, como outros companheiros, como Scarpellini, que conheço a luta mais de perto, não se elegeram mas honraram os votos recebidos, como Mário Celso e têm a obrigação de ficarem juntos para oferecerem ao Paraná a oportunidade de melhores dias.

Não tripudiamos sobre ninguém. Sei o que é ser Oposição. Ano neste Paraná houve em que eu, Bernardi, nosso companheiro de Maringá e mais 2, 3, 4 éramos os únicos Vereadores do antigo MDB no Estado. Meia dúzia. O que sofremos. Seremos retirados de nossas casas, seqüestrados por estes peleguins, que não aparecem, como estes que citei. Eu admiro o adversário que combate e digo aqui, leais adversários, tive na minha cidade, dentro do PDS; eles, com a filosofia defendendo o Governo deles, numa hora difícil para o PDS, para o Governo, ficaram firmes, fizeram uma campanha digna, eu sou homem de me ater à verdade; vejam bem, aqueles que deveriam usar das piores armas contra um homem como eu, tido como radical, como comunista, encontrei a dignidade no trabalho capitaneado pelo Presidente do PDS de Arapongas; e aqueles que, como falei, entraram pela porta do fundo do PMDB, partira fazendo calúnia, injuriavam difamação, torrando o dinheiro que a gente não sabe onde eles ganharam, durante trinta anos, que infelicitaram o povo do Paraná, mesmo que seja numa parcela do seu território. A luta foi muito difícil. Apreendi muito aqui, sou um homem que teve atividade política no ginásio, no científico, na universidade; sou um homem que sempre acreditei na democracia, e ao longo de todos esses anos, a gente veio batalhando, honrando o voto recebido, procurando fazer alguma coisa para

ser digno realmente da confiança do povo do Paraná. E estamos aí, ganhamos as eleições, os nossos adversários merecem respeito; os nossos adversários fizeram a luta deles, pela angulação, pela perspectiva que possuem. Nós, ganhamos as eleições, como no passado, perdemos; o que precisamos fazer é trabalharmos todos para que o aperfeiçoamento da democracia seja uma realidade neste País. Sinto-me triste, gostaria de estar aqui, vejam bem, no passado gostaria de ter sido candidato a Deputado Federal; mas hoje ao sair daqui, eu saio com saudade, mas tenho que dizer também a todos que a gente não deve, no meu entendimento, simplesmente ter saudade do passado, a gente deve ter, Sr. Presidente, saudade do futuro, se assim se pode falar; no mundo que vai vir aí; eu acredito no ser humano, acredito na divergência do pensamento, acredito no embate democrático, é isso que nós que somos maioria, a partir da próxima legislatura, de nosso Governo, devemos fazer tudo para que realmente a democracia venha a imperar, venha a florescer, porque esse é o grande anseio de toda a Nação brasileira.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Muito obrigado, nobre Deputado, quero em nome de Fortunato Coelho Graça, Presidente do PDS de Arapongas e nosso candidato a Prefeito daquele município, bem como de Sadao Iokomiso, também candidato na sub-legendado do PDS, quero agradecer as referências de Vossa Excelência ao trabalho do nosso partido naquele município, onde Vossa Excelência inegavelmente é um líder.

E não adianta sofismar, porque as urnas falaram. Veja-se a votação que Vossa Excelência obteve, a digna esposa também de Vossa Excelência, fez uma votação extraordinária. Mas eu quero agradecer em nome desses companheiros, porque nós realmente fizemos uma campanha porque acreditamos no programa e acreditávamos, no programa do PDS. Nós fizemos uma campanha sem retaliações, apenas levando ao povo de Arapongas, o programa do nosso partido e o que se pretendia fazer, Saul Raiz no Governo. O resultado das eleições estão aí à mostra, a vista de todos, vitória do Partido de Vossa Excelência. Entretanto, não tenho também nenhuma preocupação em defender aqui a a família Grassan, que recebeu inclusive de Ney Braga e voltou às costas ao PDS, preferiu se engajar no partido, que todos sabiam, seria vitorioso no Paraná. Nesse ponto Vossa Excelência tem toda a razão, pegaram o barco andando, um barco que fatalmente chegaria ao final da sua viagem, com a bandeira da vitória tremulando. Isto todos sabiam já, não era segredo para ninguém. Por isso, acho que Vossa Excelência tem até razão em extravasar toda a mágoa que tem contra os antigos componentes do PDS que em boa hora saíram de meu partido e foram engrossar as fileiras do Partido de Vossa Excelência. Mas o que eu queria dizer, é que Vossa Excelência deixa realmente, Vossa Excelência pode levar saudades desta Casa, mas Vossa Excelência deixa a todos nós um exemplo de luta. Os Anais desta Casa estão enriquecidos com a atuação de Vossa Excelência neste Plenário. Divergi muitas e muitas vezes de Vossa Excelência porque nós atuamos em campos opostos, mas os homens de bem sempre ao final acabam se encontrando e nós graças a Deus nos encontramos dentro desta Casa em favor do povo do Paraná.

Os Anais desta Casa são testemunhas do trabalho extraordinário que Vossa Excelência deixa para a posteridade para todos aqueles que compulsarem os Anais da Casa verão que Vossa Excelência teve realmente uma passagem digna por esta Casa e eu espero que a Deputada Erondy Pugliesi possa seguir os passos de Waldyr Pugliesi e peço também a Deus que ilumine Vossa Excelência para que faça realmente uma grande administração em Arapongas, porque, é um povo bom, ordeiro, trabalhador. Eu fui por duas vezes, mereci o sufrágio de milhares de eleitores de Arapongas. Tenho uma dívida de gratidão para com aquele povo e Vossa Excelência não vai precisar dos préstimos deste Depu-

tado, porque, Vossa Excelência é Governo, tem a sua esposa aqui como Deputada e o partido de Vossa Excelência é maioria nesta Casa.

Mas, se por acaso um dia eu possa ser útil ao povo de Arapongas, eu estou à disposição de Vossa Excelência que é um homem de bem e que me honrou a companhia de Vossa Excelência nestes últimos quatro anos e me ensinou muita coisa. Aprendi muita coisa com Vossa Excelência, apesar da vivência que eu tenho no campo parlamentar, Vossa Excelência me ensinou muita coisa.

Quero que Vossa Excelência seja feliz, que Deus o ajude ser tudo aquilo que o povo de Arapongas espera de Vossa Excelência. Vossa Excelência é um líder lá, tem uma responsabilidade muito grande para com aquele povo. E queira Deus, peço a Deus de todo coração que Vossa Excelência não decepcione ninguém. São essas as palavras com as quais eu me despeço na Assembléia de Vossa Excelência, mas estarei ao seu lado, ao lado do povo de Arapongas se por acaso for necessário.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Muito obrigado e agradeço a Vossa Excelência e gostaria de dizer ainda, Sr. Líder, veja bem, Vossa Excelência falou que eu estava no direito de extravasar a minha mágoa em relação àqueles adversários que hoje estão sob a mesma sigla.

Mas, veja bem, nós naquele cidade fomos surpreendidos no final de ano pelo lançamento dos carnês de impostos para o ano de 1983 e aqueles que sempre durante toda a vida massacraram o povo, aqueles que durante toda a existência só pensaram em si próprios, pois possuem oito cartórios no Estado do Paraná, e é a família que mais possui cartórios no Brasil, esses que se enriqueceram dessa maneira, lançaram os impostos sabe como? Alguns até com 300% de diminuição. Único lugar no mundo, eu acho, que os impostos baixaram, Arapongas.

Qual o objetivo? Favorecer o povo, não. E antecipar o pagamento para o dia 10 de janeiro, e a vasta camarilha, o loteador número um, que concorreu a Vice-Prefeito, e que o povo diz que é sócio e eu não sei. Esse, por exemplo, teve os impostos todos diminuídos. Sai por aí a dizer nas rádios, principalmente nos jornais de Londrina, que a situação da Prefeitura de Arapongas é uma maravilha. Nunca, depois que eu saí da Prefeitura, recolheu um tostão para o Fundo de Garantia, nem para o INPS.

A folha de pagamento é sempre atrasada. Tenho aqui ou na minha pasta, processos da Companhia de Desenvolvimento. As estradas abandonadas. Bom, o que fizemos? O povo de lá já era mais ou menos organizado e vai se organizar, porque nós vamos realmente impor a filosofia do nosso Partido.

Outro dia me perguntaram: o que é que você faz fazer? Eu? Não vou fazer nada. Eu vou levar os problemas e discutir com o meu povo. Ele, o povo é que vai fazer.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao nobre orador que está esgotado o horário que podia usar na tribuna.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Sr. Presidente, gostaria que me concedesse pelo menos um minuto. Mais um gesto democrático de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa concede mais um minuto.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Agradeço.

Entramos com uma ação popular, o Juiz de Direito da minha cidade se sentiu impedido para conceder essa liminar, mas, quem respondia, Juiz de Direito de Londrina, deu a liminar, e, hoje, ele está lá. Recolheu os impostos, e que objetivo dele, não foi favorecer o povo, não. Foi dificultar a nova administração que vem aí.

Sr. Presidente, eu vou embora daqui, mas, acho que fico aqui. Vou torcer para todos, todos mesmo. Os meus companheiros de Partido, aqueles companheiros de Partido que estavam aqui e, que por uma fatalidade das urnas não retornam, mas,

continuarão a luta em outro chão. Ficarei aqui torcendo para que os homens do PDS também possam se somar a todos os meus companheiros na consecução de um objetivo maior, que é a implantação do regime democrático no meu entendimento, passa pela Assembléia Nacional Constituinte e, na luta geral que nós todos devemos fazer para conquistar também a eleição direta para Presidência da República, como a eleição para o Governo do Estado foi uma conquista de todos nós.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta a Liderança do PTB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Havendo declinado, consulta à Liderança do PDS. — (Declina)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Esta Presidência tem a satisfação de registrar a presença neste plenário da Vereadora Irma Capeletto, de Querência do Norte.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede à chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Responderam a chamada 38 Srs. Deputados. Há "quorum" para deliberação.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, devidamente apoiado, constante do expediente. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente, solicitando a inversão para a votação da matéria constante da Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje. — Aprovado.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, em conformidade com o requerimento acima aprovado, de inversão para a votação:

EM VOTAÇÃO — 3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 152/82, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 192/82), que majora os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas do funcionalismo estadual. Com Pareceres FAVORÁVEIS e EMENDAS da C.C.J. e da C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em votação a Emenda n.º 02. — Rejeitada.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA (Pela ordem) Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere.

(É procedida a verificação de votação).

Quinze Srs. Deputados aprovam, 21 Srs. Deputados rejeitam. — Rejeitada a emenda n.º 02.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela ordem) Apenas para solicitar de Vossa Excelência que conste dos Anais da Casa, o voto favorável por unanimidade da Bancada do PDS a uma antiga (conquista) aspiração do funcionalismo públi-

co, até ontem defendida pela Bancada da Oposição e hoje na sua primeira oportunidade, renegando o seu programa, a sua promessa, a sua nota oficial.

Aliás, inclusive, o futuro Vice-Governador do Estado em entrevista à Revista "Quem" defendia ardorosamente a semestralidade do reajuste salarial, bem como o 13.º salário. E eu verifico que Sua Excelência adota pela imprensa um comportamento e no Plenário adota um, numa contradição que o Paraná precisa ter conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está em votação a Emenda n.º 03. — Rejeitada.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa deferred e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

Dezessete Srs. Deputados aprovam; 21 Srs. Deputados rejeitam. — Rejeitada a Emenda n.º 03.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA (Pela ordem) — Solicito votação nominal para a próxima sessão.

O SR. TRAJANO BASTOS (Pela ordem) — Sr. Presidente. Antes que Vossa Excelência atenda a questão de ordem levantada pelo ilustre Deputado Luiz Alberto, solicito que Vossa Excelência coloque em votação o requerimento, mas dentro do que preceitua o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa solicita ao Deputado Luiz Alberto que envie a esta Presidência o requerimento prescrito, solicitando a votação nominal.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, solicitando votação nominal nos termos do Regimento Interno à Emenda n.º 4. — Em votação o requerimento. — Rejeitado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela ordem) — Sr. Presidente, antes que anuncie o meu requerimento, devo justificá-lo. Muitas e muitas vezes, os Anais da Casa estão aí, a Bancada do PMDB nesta Casa verberou o procedimento do PDS, quando rejeitava os requerimentos de votação nominal. E hoje, estranhavelmente, estamos vendo a Bancada do PMDB rejeitar os mesmos requerimentos que ela condenava no passado. Veja Vossa Excelência, muito antes do Sr. José Richa assumir o Governo, a Bancada do PMDB já está dando mostras do que será o próximo Governo no tocante às promessas que fez ao povo do Paraná. Requeiro a Vossa Excelência a verificação de votação deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Os Srs. Deputados que aprovam queiram levantar-se.

17 Srs. Deputados aprovam, 21 rejeitam. —

Rejeitado o requerimento.

Está em votação a Emenda n.º 4.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA (Pela ordem) — Solicito que Vossa Excelência enuncie o teor da emenda.

(O Sr. Presidente lê a Emenda n.º 4).

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, no Estado da Guanabara onde o ilustre companheiro de partido da valorosa Bancada do PMDB nesta Casa, é detentor do poder, o fisiológico Chagas Freitas, foi aprovado na Assembléia

e sancionada uma lei mais ou menos no mesmo teor que a emenda apresentada para atender, naquele Estado, mais de 50 mil inativos.

Naquela ocasião da aprovação e sanção desta lei na Guanabara feita pelo pemedebista Chagas Freitas, também foi aquela iniciativa inquinada de demagógica. Disseram os companheiros do futuro Governador que o Sr. Chagas Freitas pretendia estabelecer uma condição muito ruim para que Leonel Brizola, ao assumir o Governo, tivesse dificuldades orçamentárias.

Entretanto, o emedebista Chagas Freitas justificou a sua sanção pelo fato do seu partido defender sempre o melhor tratamento para os inativos daquele Estado.

Aqui no Paraná verificamos a incongruência, a desfaçatez dos homens do PMDB que ora, na véspera da eleição, prometem uma coisa e as promessas, Sr. Presidente, tiveram o cunho de posição oficial do PMDB, de vez que o Sr. José Richa, em nota oficial, no dia 28 de outubro, no dia do funcionalismo público, prometeu tão logo iniciasse o seu Governo, dar ao funcionalismo público estadual, o 13.º salário e a semestralidade no reajuste dos salários. O seu Vice-Governador, Deputado João Elísio, em entrevista no mês de setembro, na revista "Quem", dizia que sabia aonde estava o dinheiro, e como seria possível atender estas reivindicações do funcionalismo público. São palavras textuais de Sua Excelência: O Governo José Richa dará o 13.º e a semestralidade. E o que verificamos hoje, Sr. Presidente? Enquanto Chagas Freitas é mais correto e mais leal no Estado da Guanabara, do que a Bancada do PMDB nesta Casa, hoje nós verificamos que as promessas, Sr. Presidente, eram promessas de mentirinha, eram até a hora da eleição, porque passada a eleição agora, a Bancada do PMDB se mobiliza, esquecidos, Sr. Presidente, que diversos Deputados diziam aqui que os inativos do nosso Estado recebiam salário de fome.

Ora, Sr. Presidente, não é possível que o Paraná não registre esta tarde triste da demonstração de que os homens da Oposição só prometem nas vésperas da eleição. Não é possível, Sr. Presidente, que se nós formos inquinados aqui de "madelenas arrependidas", talvez nós pudéssemos responder com a música popular da "Maria Sapatão", que de noite é uma coisa e de dia é outra.

Na política do Paraná, nós precisamos, Sr. Presidente, dizer ao povo do nosso Estado, que a Bancada do PDS vota a favor do funcionalismo quando é possível dar a estabilidade para o professorado, resolver o problema das serventes, dar o Estatuto do Magistério, dar o Estatuto para o CREA dar um plano de classificação que dê a possibilidade de melhoria salarial a mais de 60 mil servidores do nosso Estado. E agora, quando há a promessa do próximo Governador, quando nós aprovamos a lei da ORTN, quando nós sabemos que a nossa safra de café será 5 milhões no próximo ano, e que, portanto, seguramente, o Sr. José Richa e o Sr. João Elísio sabem aonde é que está o dinheiro, porque eles prometeram antes da eleição, agora eles vêm e votam simplesmente contra. Por isso, Sr. Presidente, quero que, desta Casa, dos Anais da Casa, do povo paranaense, conste o nosso mais veemente repúdio, à atitude sem par, inominável, que a Bancada do PMDB adota nesta tarde.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, apenas para fazer algumas correções nas palavras do nobre Deputado, de que o Estado da Guanabara já há muito tempo não existe mais, o Estado é o Estado do Rio de Janeiro; e o seu Governador é Chagas Freitas do PMDB.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Mas Vossa Excelência entendeu.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI — E fazer, mas tem muitos jovens que nasceram e que estão nas escolas a mais de 10 anos, que não conhecem o Estado da Guanabara. E também para dizer que quem de noite, é João e de dia é Maria, me parece é o PDS que ficou com o Poder no Estado do Paraná

mais de 18 anos e nunca apresentou as propostas que estão sendo apresentadas agora, quando se encerra os desmandos políticos neste Estado e começa o tempo novo, com José Richa no Governo do Estado. Parece-me que estas propostas, estas emendas feitas ao pedido do Governador Hosken de Novaes, teria todo o apoio do PDS se a maioria dos Deputados do PDS aqui tivessem comparecido para votar.

Mas o PDS que é a maioria nesta Casa está tão perdido, mais perdido do que cachorro quando cai de caminhão de mudança. E não consegue trazer para esta Casa para votar as emendas propostas pelos próprios Deputados do PDS, o seu agrupamento político que é a voz ainda majoritária nesta Assembléia.

Portanto, esta mensagem que está sendo votada, é mensagem do atual Governador. José Richa do PMDB ainda não começou a governar, vai começar no dia 15 de março. E daí eu tenho certeza que as propostas sérias do PMDB terá o aval da Assembléia, terá o aval do seu partido. Portanto, não estou querendo dizer que estas propostas do PDS não sejam sérias, mas, o PDS, que é majoritário nesta Casa não tem condições hoje, a gente está vendo, de trazer para cá o número suficiente dos Deputados para derrotar a bancada minoritária do PMDB e do PTB. Portanto, nobre Deputado, Sr. Presidente, parece-me que quem de noite é João e de dia é Maria é mais o PDS do que o PMDB.

O SR. GABRIEL SAMPAIO (Para encaminhar) — Sr. Presidente, quando se falou neste plenário em cachorro de mudança, eu me lembrei de uma estória que li há pouco tempo atrás quando num debate do senado americano, um Senador do Texas apartava um seu companheiro e colega do outro partido, dizia o seguinte: "Vossa Excelência tem todas as qualidades do cachorro exceto a fidelidade."

Realmente, Sr. Presidente, esse aparte desse Senador americano vem bem a propósito, porque, a incoerência dita aqui pelo Deputado Luiz Alberto de Oliveira, essa mudança radical de posições que nós vemos aqui neste plenário bem atestam as colocações feitas pelo partido vencedor das eleições.

Admiro muito, Sr. Presidente, o Presidente do PMDB, Deputado Waldyr Pugliesi, que esta Casa não terá mais a partir do ano que vem, a partir da próxima legislatura.

Mas, admiro-o não só pela sua combatividade, mas pela sua tentativa de coerência. É um homem que como Presidente do seu partido que levou a vitória nas eleições majoritárias neste Estado, tem a coragem de vir depois da vitória, ainda saboreando esta vitória, a este plenário e dizer o que o seu coração sente e que a sua coerência das mais altas que é de dizer tudo aquilo que ele disse hoje aqui com relação aos homens que estão albergados sob a bandeira do PMDB, mas, que nada significam em termos de programas, ideologia, e coerência partidária.

Minhas homenagens nesta despedida melancólica dos nossos trabalhos de período extraordinário nesta Assembléia, ao Deputado Waldyr Pugliesi, que tem essa coragem, Sr. Presidente, porque, a Bancada do PMDB vem sofismar nesta Casa dizendo que as emendas do PDS não podem ser votadas, porque elas têm o vício da inconstitucionalidade, quando este mesmo argumento, quando usado por nós em outras oportunidades, então éramos tidos como os homens que não querem que se devolva, ao Poder Legislativo, as suas prerrogativas, para que ele possa realmente legislar em favor do povo do Paraná, e do Brasil! Lamento profundamente, Sr. Presidente, o epílogo deste trabalho legislativo nesta despedida que fazemos, do período extraordinário! Os homens aqui estão, e num País, talvez, Sr. Presidente, talvez utópico, talvez, na República de Platão onde não eram permitidos erros, quem sabe, uma posição desta natureza, encerrasse muitas carreiras políticas, porque, mentiram ao povo, o povo foi iludido com promessas que não são cumpridas depois que passa o período eleitoral! Lamento profundamente, Sr. Presidente! Nos Anais desta Casa irão constar, talvez, maiores barbaridades ainda, maiores do que aqui presen-

ciamos nesta tarde. Porque, se houvesse boa vontade, se houvesse coerência, se houvesse razão, as emendas poderiam ser votadas pela Bancada do PMDB e o Sr. José Richa teria a condição e implantá-las, como prometeu em praça pública! Portanto, não vem aqui ao caso, todas as conversas querendo nos dizer que, é argumento, o Deputado Luiz Alberto trocar Guanabara, por Rio de Janeiro, como se o Deputado Luiz Alberto tivesse ignorância de História, e Geografia do Brasil. Absolutamente. É um erro cometido por qualquer um, Sr. Presidente, mas eu garanto, Sr. Presidente, que, a Mensagem foi entendida, que os objetivos, foram atingidos, que nós fizemos política, que palmitamos o Paraná, que sentimos, não, as promessas do PMDB, Sr. Presidente, realmente, eu não me lembro de ter visto ou ouvido, além das que foram ditas, alguma promessa formal, do Partido que, hoje vai assumir o Governo do Paraná, muito pior do que isto, Sr. Presidente, foi criada uma expectativa de melhoria, uma expectativa de virada, uma expectativa de felicidade geral e coletiva e que, nós temos a certeza, não, por culpa do FMI, não, mas por culpa talvez, daqueles que, querem muito, pretendem muito, mas que não são capazes de botar em prática nem os menores benefícios possíveis para atender a essa população. Nós temos visto, Sr. Presidente, que, realmente, a coerência do homem público tem feito com que o povo cada dia mais, se afaste dos políticos. A própria televisão em rede nacional tem ridicularizado a posição e a opinião do homem público. E não é por culpa de ninguém, Sr. Presidente, a não ser, de nós mesmos - e eu aqui me incluo com muito orgulho, na classe política - nós temos visto os homens não saberem manter as suas palavras, não saberem manter a sua coerência quando isso é chamado e quando isso é exigido deles. Lamento, profundamente, Sr. Presidente. Teremos, na próxima legislatura, uma maioria pemedebista - não iremos, aqui, fazer uma oposição sistemática, Sr. Presidente, haveremos de votar, creio eu, integralmente, nas mensagens que o Sr. Governador José Richa mandar a esta Casa, para benefícios do povo do Paraná, como temos a esperança, Sr. Presidente, que, após a sua Bancada, por orientação do seu Vice-Governador José Elísio Ferraz de Campos, haveremos de votar aqui, as Mensagens que o Sr. José Richa mandar, e que beneficiem o povo do Paraná. Lamento profundamente - repito, Sr. Presidente - os Anais haverão de registrar esse fato para sabermos, mais tarde, que o Paraná haverá de tomar conhecimento de todas as posições assumidas pelos homens que, lá fora, dizem uma coisa, e que, aqui dentro, fazem outra!

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. NILSO SGUAREZI — (Para encaminhar)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, na verdade não desejava encaminhar a votação, mas, tanto se falou em coerência, em argumentos, que nós não pudemos nos calar; primeiro, a propalada incoerência do PMDB; em segundo lugar, argumentos.

Sr. Presidente, como se pode cobrar incoerência de alguém, se se está sendo incoerente? Como? Como, o PDS pode nos cobrar incoerência, se ele está sendo incoerente com o que foi no passado? De que autoridade moral se revestem nossos preclaros colegas, para cobrar uma coerência nossa, se eles assumem a mesma posição de incoerência que nos querem taxar. Em segundo lugar, Sr. Presidente, argumentos. Estão propondo uma emenda, Sr. Presidente, e não arrazoaram argumentos para que nos convencessem da necessidade de adotarmos esta emenda. Os seus argumentos foram cobrando a nossa possível incoerência, mas não desfilaram aqui argumentos que justificassem ser constitucional ou serem inconstitucionais suas emendas. Não justificaram aqui, Sr. Presidente, onde estão os fundos financeiros para que o Estado consiga arcar com esta nova despesa. Não trouxeram à colação, Sr. Presidente, outros argumentos de cunho legal, que pudessem até justificar o vício de origem que estas emendas trazem.

E nos cobram, Sr. Presidente, incoerência e nos cobram argumentos, quando argumentos são eles que têm que apresentar e não trouxeram os argumentos. De modo então, Sr. Presidente, que deixando incoerência de lado, porque aqui, honre e se diga a verdade, dentro deste Parlamento, coerência pode

cobrar quem está sendo coerente, mas aquele que assinou, Sr. Presidente, um parecer, dizendo que o 13.^o salário e semestralidade quando eram projetos do MDB, eram tidos como vício de origem, Sr. Presidente, data vênha, jamais poderá ter este cidadão enquanto persistir esta Constituição, posição moral para cobrar incoerência de quem se manifesta e hoje contrário.

Por isso, Sr. Presidente, não prefiro dizer que são incoerentes, prefiro assumir aqui, Sr. Presidente, o compromisso que fizemos em campanha. Vamos instituir o 13.^o salário e a semestralidade, mas, Sr. Presidente, como disse na semana passada, permita, almenos, que tomemos posse do Governo deste Estado. Permite Sr. Presidente, que a nota de José Richa quando no dia do funcionalismo público comemorado aqui, que disse: "deixa eu tomar conta deste Estado e eu vou implantar o 13.^o e a semestralidade".

Se lá, no exercício do cargo de Governador e aqui a maioria então do PMDB, não cumprir com essas promessas, aí sim está sendo coerente o PDS. Mas, enquanto for maioria, enquanto for Governo, Sr. Presidente, fico com a palavra do Sr. Governador deste Estado, que em entrevista de página inteira dá uma receita para a Oposição, dá um recado para a Oposição: austeridade e que não se comprometam as finanças do Estado com medidas irresponsáveis. Aconselhando, inclusive, Sr. Presidente, vejam os Srs. , só para contra-argumentar, que a medida da Câmara Municipal de Curitiba, porque o Prefeito Municipal mandou Mensagem de aumento de cinquenta por cento que foi elevado para sessenta e cinco por cento. Defende o Sr. Governador do Estado na sua entrevista, até a possibilidade de o próprio Judiciário reparar esta emenda aditiva da Câmara Municipal.

Por isso, Sr. Presidente, voto com a Mensagem do Sr. Governador do Estado, porque tenho a consciência tranqüila de que estarei aqui nos próximos 4 anos de meu mandato, dizendo de que aquilo que foi prometido em campanha: o 13.^o salário e a semestralidade, no Governo do PMDB, haverá de ser implantado neste Estado. Mas não admito que hoje, nos seja metido a guela abaixo, por aqueles que não têm posição moral nenhuma de nos cobrar qualquer tipo de coerência política.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, para encaminhar.
O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, a exemplo do futuro Líder do PMDB, o culto, elegante e nobre Deputado Nilso Sguarezi, eu não pretendia discutir essas emendas, mesmo porque não as subscrevi na qualidade de Líder do Governo que não as endossou na Mensagem. Entretanto, sou solidário à minha Bancada. E quero dizer ao nobre, elegante, culto, sereno, dono da verdade que é o Deputado Nilso Sguarezi, que a Bancada do PDS apresentou essas emendas com a mesma moral que votou nesta Casa, por exemplo: o Estatuto do Magistério, o próprio Estatuto do Funcionalismo Público, o código de vencimentos e vantagens da Polícia Militar do Estado, o Estatuto da Polícia Civil, as últimas vantagens conquistadas no Governo Ney Braga pelo Magistério do Paraná.

É com essa autoridade moral que a Bancada do PDS emendou a Mensagem Governamental. Não se fale em autoridade moral aqui dentro, como também quero responder ao nobre Deputado Scarpellini que hoje está espirituoso, que primeiro chamou atenção do nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira por um acidente geográfico e, em segundo lugar, porque quis ser espirituoso, dizendo que a nossa bancada era igual cachorro que caiu do caminhão de mudança. Quero dizer a Sua Excelência que ele como é um dos Deputados que menos comparece a esse Poder, que recebe sempre seus vencimentos sem aqui comparecer, não pode testemunhar o documento subscrito pela unanimidade da Bancada do PDS no ano passado, que solicitava ao Governo Ney Braga a implantação das medidas, que, hoje, através dessas emendas, está pretendendo implantar em favor do funcionalismo. E não é para agradar o funcionalismo, porque as eleições já passaram. É para corrigir uma injustiça do Poder Público em todo o País, que exige da empresa privada a semestralidade. Exige que os empregadores reajustem os vencimentos dos seus funcionários a cada seis meses. Entretanto, esquecem que o funcionário precisa comer, esquecem que o funcionário sofre os

impactos do aumento do custo de vida que estes reajustes salariais acarretam a cada seis meses.

Tendo sido uma luta da Bancada do PDS. Desde os 18 anos do Governo revolucionário.

Então que refresque a memória o nobre, elegante, culto e preparado Deputado Nilso Sguarezi. E quem mais compareça nesta Casa que faça jus ao seu subsídio, ao seu mandato. O nobre Deputado Scarpellini, que ele não teria jamais o desprazer de dizer isto que disse da nossa bancada, que já apresentou estas medidas aqui neste plenário, aprovadas que foram e que inspiraram o Governador Ney Braga nos reajustes de vencimentos do corrente exercício, praticamente a adotar a semestralidade. Ou esquecem os Srs. Deputados da Oposição, esquecem os Srs. funcionários, que os reajustes deste ano quase que praticamente implantaram, inovaram semestralidade no Estado? Esta injustiça, - não entro no mérito de coerência ou incoerência, não entro no mérito das emendas, mas quero que se corrija esta injustiça. Quero que o nobre Deputado Nilso Sguarezi saiba que esta Bancada tem autoridade e muita autoridade moral para emendar uma lei nesta Casa.

Não quero endossar, Sr. Presidente, absolutamente, no mérito das emendas, porque não sei efetivamente se o Tesouro do Estado tem ou não tem condições de suportar, no futuro Governo, estas despesas. Mas também li a entrevista do Deputado João Elísio Ferraz de Campos, ele afirmou que ele sabia onde estava o dinheiro. Ele e José Richa sabiam onde estava o dinheiro. Então por que o receio da Bancada do PMDB em aprovar estas emendas? Por quê? Se eles sabem onde está o dinheiro, se existe um novo José Américo no Paraná? Um novo José Américo que sabe onde está o dinheiro, que é o nobre Deputado João Elísio Ferraz de Campos. Por que este receio? Por quê? Se sabem onde está o dinheiro, concordem com as emendas? Obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador)

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para encaminhar, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Há uma correção, entre tantas outras, a se fazer no Brasil. E tomara que nós, na Câmara Federal, possamos ser instrumentos desta luta para derrubar esta incoerência, este erro. Não é possível que um Governo do Estado vença nas urnas dia 15 de novembro e só vai tomar posse no dia 15 de março. É a demonstração clara do que dá um longo período, até obscuro e incerto, em que se desconhece tanta coisa. Os países da Europa demoram, a rigor, trinta dias para a posse de um novo Presidente da República.

Começo analisando isso, porque o exemplo que estamos tendo aqui, quando a impressão que fica perante a Casa é de que no Palácio Iguaçu já está o Governo José Richa. A impressão que se tem aqui é que o PDS já tem minoria na Casa, não os 33 Deputados que hoje possui, portanto pode decidir o que bem entende nesta Casa, sem um Deputado da Oposição presente.

Por outro lado, Sr. Presidente, e aí chamo especialmente a atenção, nós do PMDB temos, ao longo destes anos, defendido uma tese primordial, da importância do trabalho e colocamos como um dos princípios básicos da carta programática de que o trabalho está acima do capital e que, portanto, o trabalho é que a grande fonte da riqueza da Humanidade. É óbvio que, por via de consequência, nós entendemos hoje o drama, a situação angustiante em que vivem os trabalhadores e, obviamente portanto, o funcionalismo público, que tem que pagar a tarifa da luz elétrica, do aumento do combustível, o custo de vida enfim, as dificuldades de toda a ordem e até hoje não foram agraciados com semestralidade, 13.^o e alguns outros benefícios. Isto faz parte, portanto, do programa do PMDB esta defesa. Fomos mais longe Na proposta das diretrizes da ação governamental do PMDB para o Governo do Paraná, também está o compromisso destas conquistas do direito social, estas conquistas do trabalhador, e por isso é preciso aqui tranquilizar o funcionalismo público do Paraná, que nós vamos instituir a semestralidade, o décimo terceiro e outros benefícios ao funcionalismo público do Estado. Vamos sim, instituir estes benefícios, por um dever até de consciência, não alego até a questão de ser coerente na

sua luta político-partidária. Mas eu vou mais longe, Sr. Presidente, é de que efetivamente o Líder do PDS trouxe o argumento que poderia até faltar a alguém nesse raciocínio que quero desenvolver.

Há quantas andam as finanças do Estado? Com seriedade a Bancada do PMDB através da Liderança de Trajano Bastos, encaminhou o requerimento logo nas primeiras horas após a convocação extraordinária, para que nós ouvíssemos o Secretário das Finanças do Estado. E que ele desnudasse a realidade econômico-financeira do Paraná. Era o que nos faltava, para com a seriedade que o assunto merece, nós apreciando a demonstração da situação financeira do Estado, pudéssemos não só referendar as emendas, como inclusive avançar, avançar até no aumento ao funcionalismo. Esta medida foi colocada como de extrema importância, pela Bancada, através do seu Líder. Mas o PDS não admitiu que aqui viesse o Secretário das Finanças, e agora, o Líder do PDS, Deputado Erondy Silvério, diz que ele mesmo não sabe como é que está a situação do Tesouro. Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o funcionalismo que nos ouve nesta hora, que a imprensa do Estado, que os que estão aqui presentes, professores, promotores, e que todos os Deputados tenham um mínimo de sensibilidade que enquanto nós não estivermos com os pés no chão, enquanto não adentrarmos à Casa do Palácio Iguazu e pudermos sim, com o rigor necessário, termos a situação econômico-financeira à nossa vista, seria de verdade, uma medida um tanto quanto precipitada nesta hora. Porque isso, insisto, Sr. Presidente, a situação econômico-financeira do Estado, não pode ser analisada, porque o café vai dar mais ou menos, quando sabemos que vem aí o Ministério da Indústria e Comércio com medidas restritivas; quando a soja está em queda no mercado internacional, o que adianta o funcionalismo público hoje fazer uma festa, da instituição do décimo terceiro, mesmo com o vício da inconstitucionalidade, fica com a justeza da medida, se amanhã não puder cumprir? Mas, como há esse compromisso, para tranquilidade da família do funcionalismo público do Estado, nós vamos instituir a semestralidade e o décimo terceiro, e vamos melhorar a situação dos inativos. Esta exploração de última hora é que me deixa apreensivo como membro da classe política. Porque a seriedade tem que ser feita no palanque e fora dele, nós assumimos o compromisso, mas não assumimos ainda o Governo. Então não nos cobre aquilo que é de responsabilidade de quem tem as rédeas do Poder, na mão. Se nós, assumindo o Governo do Estado não utilizarmos com brevidade, do uso do expediente de análise da situação econômico-financeira do Estado e não adentrar nesta Casa uma Mensagem com esse sentido, que nos cobrem. E eu espero porque, talvez, não poderei testemunhar, eu espero que Gabriel Sampaio, Luiz Alberto de Oliveira, o próprio Deputado Erondy Silvério, possam ir à tribuna, reconhecer a precipitação do final, e início de 83. Mas deixem-nos assumir o Governo, permitam-nos conhecer como é que está a Casa do Governo do Estado do Paraná. Isto é o mínimo que nós desejamos; porque se constrói a seriedade de um Governo com gestos sérios, ontem, hoje e amanhã. Quem não fez durante 18 anos, não tem agora, de imediato, o direito de nos cobrar. Se no ano de 83 não fizemos, tem todo o direito de vir à tribuna, de utilizar todos os meios deste Estado, para denunciar a incoerência, o absurdo e a falsidade de pregação do PMDB. Mas não agora, Sr. Presidente.

Por isso, insisto em voltar, embora já fizera o encaminhamento de votação na semana passada. Mas, não poderia deixar de dizer isso. Porque se fossem consultados um por um dos Deputados do PMDB tenho certeza absoluta, ninguém é contra. Mas é preciso, em nome da seriedade, que sejamos ao menos pacientes. Que nos permitam entrar na casa que conquistamos democraticamente e depois nos cobrem. É isso que se pede em nome da seriedade política e a seriedade de um Governo que deseja ser sério.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está em votação a Emen-

da n.º 4. Srs. Deputados que a aprovam, queiram se conservar...

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA (Para discutir) — Sr. Presidente, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa..

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Foi feito encaminhamento de votação, Sr. Presidente, eu estou solicitando para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Vossa Excelência como relator tem o direito de usar mais uma vez a tribuna.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Realmente, foi até uma surpresa agradável nesta tarde, ouvirmos a palavra do Deputado José Domingos Scarpellini, que provavelmente com a assessoria de alguns recém-eleitos e outros companheiros de bancada, fez uma correção a respeito da denominação oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Ora, Sr. Presidente, provavelmente o Deputado José Scarpellini estava, provavelmente, com as luzes, ou com os fluidos de quem o acompanhou à Serra Pelada na tentativa de conseguir os votos do Cacique Juruna, seu amigo particular.

Mas, Sua Excelência não se preocupe, todo o Brasil conhece a Guanabara, conhece a cidade maravilhosa e sabe o quanto é caro aquele Estado para todos os brasileiros, lá, que é um centro cultural, um centro de formação sociológica até da vida nacional. E eu fico feliz em ouvir o Deputado não eleito, José Scarpellini, tentar fazer uma correção, provavelmente com a assessoria para que pudesse dar uma demonstração aqui de sua cultura e de sua erudição e de sua sapiência, que, aliás esta Casa conhece a muito tempo e tem tido a oportunidade de acompanhar.

Mas, eu gostaria, até relembrando alguns apartes, colocar aqui algumas questões, por exemplo, a coerência. A coerência que sempre foi particularizada na atuação do Deputado José Scarpellini que resolveu no mandato anterior, acompanhar a Bancada da ARENA e não a Bancada do PMDB para conseguir um cargo na eleição da Mesa a questão de 4 anos atrás.

Sabemos a coerência de Sua Excelência, mais ainda, nós conhecemos a sua vida política pregressa, nós sabemos que Sua Excelência aqui lendo um discurso feito pelo atual assessor do Ministro da Justiça Abi-Ackel, defendeu o AI-5, aliás esta é a coerência, Sr. Presidente, que tem marcado alguns companheiros da Bancada do PMDB, companheiros desta Casa, da ilustre bancada oposicionista.

Eu tenho um profundo respeito aos homens que, caçados na vida pública, conseguiram chegar no poder. Aqueles que não se beneficiaram com cargos, aqueles que não têm sogro, por exemplo, que não têm sogro exercendo função de confiança no Governo do Estado. Aqueles que realmente, como o Deputado Waldyr Pugliesi, fizeram da sua luta e da sua pregação oposicionista uma maneira de encarar e de propor uma coisa nova na política paranaense.

Aqueles outros que viveram criticando, por exemplo, o Sr. Jaime Canet Júnior, que chamaram-no aqui, neste Plenário, "o algoz do funcionalismo público", e que depois, pelos recursos que o Sr. Jayme Canet Jr. levou à campanha oposicionista, estavam a aplaudir a sua atuação como político, como oposicionista, dizendo que o Sr. Jayme Canet Jr. tinha as melhores intenções para o Estado do Paraná.

Ora, Sr. Presidente, será que a coerência é a coerência de quem defende Ato Institucional 5? De quem tem sogro em cargo de confiança do Governo do Estado e depois aqui faz a pregação de oposicionista?

Será, Sr. Presidente, que a coerência, os homens da Oposição podem nos cobrar, todos eles — eu ressalvo, Sr. Presidente, alguns oposicionistas aqui, realmente sério, que têm coerência, mas outros, Sr. Presidente, não poderiam nunca fazer acusações levianas como foram feitas nesta tarde, dizendo que este Deputado deu um parecer na C.C.J., contrário à conquista do 13.º

salário, ou da semestralidade.

É mentira, Sr. Presidente. É uma mentira e uma acusação leviana de quem a fez nesta tarde, porque o próprio Deputado Lineu Turra, autor do projeto, projeto que não considerei inconstitucional e nem fiz indagação a respeito da condição do Estado, se tinha ou não recursos, apenas sugeri, Sr. Presidente, e a C.C.J., aprovou, por unanimidade, o envio do projeto de Sua Excelência o Deputado Lineu Turra, à Secretaria dos Recursos Humanos, para que fossem tomadas as medidas preconizadas no projeto.

Portanto, a acusação é leviana, e mais, destituída de qualquer foro de veracidade, Sr. Presidente, e faço absoluta questão que conste dos Anais desta Casa.

A par disto, o Paraná inteiro ouviu a pregação do PDS. O funcionalismo público acompanhou a nossa votação aqui, durante quatro anos. Submetemo-nos ao "veredictum" da urna, o voto popular, sem jamais termos prometido o 13o. salário.

Entretanto, os homens da Oposição, alguns sérios e valerosos, repito, outros, que se elegeram na carona das promessas impossíveis, estes sim, fizeram a pregação de que dariam o 13o. salário e a semestralidade.

Parece até, Sr. Presidente, que alguns homens da Oposição fazem e acreditam, como os políticos mineiros: é mais importante a versão do que o fato. A versão que eles querem apresentar é de que a medida é inconstitucional, que falta recursos, que falta coerência em nossa bancada.

Mas qual é o fato, sr. Presidente? O fato sem rebusque e sem retoque? É de que estamos votando aqui a emenda que daria o 13o., a semestralidade, e a equiparação salarial dos aposentados com os da ativa, funcionário público estadual ou militar.

Ocorre que a Bancada da Oposição, quer queira, quer não, está votando contra estas conquistas que eles apregoavam. Ora, Sr. Presidente, fala-se agora a respeito da situação financeira do Estado. O Paraná sabe que o único Estado brasileiro que não tem ainda o lançamento das ORTNs é o Paraná, e nós sabemos que as ORTNs têm mercado cativo.

Portanto, Sua Excelência o próximo Governador, José Richa, terá condições de conseguir mais recursos para implementar a sua obra administrativa. Por outro lado, declarações de líderes oposicionistas nos dizem que eles vão acabar com as mordomias, eles prometeram isto nas eleições, que eles vão reciclar outras obras, que não vão começar algumas usinas, que envolve vultosos recursos do Governo do Estado.

Portanto, se eles têm ORTNs, se o orçamento do nosso Governo do Estado aprovado por esta Casa e todo o Deputado tem obrigação de conhecer o orçamento, que é a lei de meios que vai contar o próximo Governador para o próximo exercício, pois sabemos que há uma previsão de mais 90 por cento de reajuste para o funcionalismo público.

Têm as ORTNs, têm uma melhoria que se desenha no panorama internacional das safras agrícolas brasileiras, têm o café que vai melhorar, se produzirmos dois milhões e meio de sacas, vamos produzir no ano que vem, 5 milhões, Sr. Presidente. Tem uma nova reciclagem das obras públicas desse Estado, tem a extinção das mordomias pleiteadas pelos homens da Oposição.

E o Governo José Richa tem, como disse o eminente Deputado Erondy Silvério, um novo "José Américo" neste Estado, "um iluminado Parlamentar" que foi eleito Vice-Governador do nosso Estado.

Ora, Sr. Presidente, portanto, estamos dizendo onde está a possibilidade do recurso. Estamos defendendo a legitimidade de propostas que ninguém nesta Casa pode por em dúvida. E nós, Sr. Presidente, temos uma linha de coerência na nossa vida pública. As urnas nos delegaram uma nova função, a função de exercer a Oposição sem medo, em favor do Paraná. E é isto que estamos fazendo.

Agora, a incoerência é absolutamente total por parte dos homens da Oposição.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está em votação a Emenda número 4.

O SR. TRAJANO BASTOS — (Pela Ordem) Solicito a Vossa Excelência a oportunidade de encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — Está com a palavra o Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Encerrou suas palavras o ilustre Deputado Luiz Alberto de Oliveira, falando em coerência.

Coerência, Sr. Presidente, para que possamos avaliar toda sua extensão, é necessário que refresquemos um pouco a nossa memória.

Porque, em toda a vida política deste Estado, Sr. Presidente, durante esses 20 anos, quando foi Governo o PDS, jamais se ouviu de um Deputado desta Bancada nesta Casa, ou jamais se assistiu qualquer iniciativa neste sentido.

E, por ocasião dos movimentos do funcionalismo e do magistério público, quando o Governo Ney Braga colocou os cães da Polícia na rua para agredir os professores, onde estavam os Deputados Luiz Alberto Martins de Oliveira e Gabriel Sampaio?

O Sr. Gabriel Sampaio — Junto com os professores.

O SR. TRAJANO BASTOS — Não é verdade.

Nós, sim, do PMDB, estávamos ao lado dos professores, enfrentando a polícia. Isto para mim, é coerência.

Agora, incoerência para mim, Sr. Presidente, é querer, no apagar das luzes, remendar o mal feito de 20 anos, para vir querer empurrar aqui, de goela abaixo da Oposição, medidas inconstitucionais, e eles bem sabem disso.

É preciso, Sr. Presidente, que dêem tempo ao Governador José Richa assumir o Governo, e tranquilizem-se os Srs. funcionários públicos e professores deste Estado, que nós haveremos de cumprir as promessas de campanha, numa análise da realidade e da necessidade dos funcionários, mas não através de medidas de última hora, de emendas inconstitucionais e inoportunas. Haveremos de cumprir sim a promessa que fizemos ao povo do Paraná.

E com esta tranqüilidade que queremos transmitir, talvez represente a intranqüilidade dos Deputados que apresentaram estas emendas, porque vão ter a oportunidade de presenciar, se Deus quiser.

Queremos fazer tudo aquilo que Vossas Excelências não fizeram. Agora, para que possamos dar ao funcionalismo do Estado a remuneração que ele merece, precisamos primeiro botar para fora deste Governo os corruptos, que vêm ganhando dinheiro do povo sem justificativa. E para isto, já tomamos uma providência, está protocolado aqui hoje um projeto de lei de autoria de nossa bancada e por iniciativa do Deputado Deni Schwartz, para revogar o artigo terceiro da Lei 7317, que concedeu a aposentadoria imoral e corrupta ao Sr. Saul Raiz, que vem sangrando a economia deste Estado. É por aí que chegaremos aos benefícios ao funcionário público do Estado. É assim que se faz política. É assim que se começa a cumprir as promessas feitas em palanque.

Quando foi que alguém aqui defendeu a aposentaria, ou condenou a aposentadoria imoral do Sr. Saul Raiz no Tribunal de Contas?

Pois bem, já começamos. Está protocolado. E será sanando as finanças deste Estado que haveremos de cumprir as promessas feitas e os compromissos assumidos perante a sociedade paranaense. Por aí, iremos chegar lá, tranquilizem-se Vossas Excelências, ou intranqüilizem-se. Talvez até para sua intranqüilidade, mas vamos chegar lá. O funcionalismo público deste Estado haverá de ter o tratamento que merece, mas

primeiro vamos deixar que o Senador José Richa tome as rédeas deste Governo e aí sim, se não fizermos, se nós não honrarmos os compromissos assumidos perante a opinião pública deste Estado, Vossas Excelências nos cobre.

Quero deixar bem claro aqui, Sr. Presidente, a posição da minha bancada e qualquer ônus quero assumir pessoalmente a rejeição destas emendas.

Assumo a responsabilidade pela rejeição, assumo pessoalmente, porque entendo que não era hora e que as finanças do Estado não estão em condições de arcar com estas modificações. E se não estão em condições, foi porque este Governo desastrado que esteve aqui durante 20 anos, deixou cair por terra, levou à bancarrota a economia deste Estado.

Por isto, começaremos um tempo novo neste Estado e haveremos de honrar os compromissos que assumimos com o o povo e não com alguns Deputados do PDS.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa informa ao nobre Deputado que Vossa Excelência já fez encaminhamento. Só cabe . . .

O SR. NELTON FRIEDRICH — No entanto, também o Deputado do PDS fez por duas vezes.

O SR. PRESIDENTE — O Deputado Luiz Alberto de Oliveira fez na condição de relator e tem o direito de fazer por duas vezes.

O SR. NELTON FRIEDRICH — É bom esclarecer.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está em votação. Rejeitada.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação da Emenda número 4.

(É procedida a verificação de votação)

16 Srs. Deputados aprovam, 19 Srs. Deputados rejeitam. — Rejeitada a Emenda número 4.

Em votação o Projeto de Lei 152/82. — Aprovado.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela Ordem) Vencida esta etapa da votação e tendo a bancada do PMDB, derrotado as emendas em Plenário, gostaria de me congratular com Sua Excelência o Sr. Deputado Trajano Bastos, pela promessa que fez de que o próximo Governo dará ao funcionalismo público o 13o. salário e a semestralidade.

Gostaríamos que essa promessa oficial do PMDB, através de seu líder, fosse realmente efetivada nos próximos meses, quando Sua Excelência o futuro governador assuma o poder e que tal não ocorra, como ocorreu com as promessas de vésperas de eleição.

Ademais, Sr. Presidente, quero me congratular com a apresentação da emenda proposta pelo Deputado Deni Schwartz que derroga um dispositivo legal aprovado nesta Casa, quando o eminente Secretário-Geral, do PMDB, Deputado Anibal Khury era Deputado Estadual, e que possibilitou a aposentadoria de diversos ilustres cidadãos do Paraná, entre os quais um Deputado Estadual nesta Casa e também um Deputado Estadual, recém-eleito Deputado Federal pelo Partido da Oposição e também do Sr. Saul Raiz. Mas sabe Sua Excelência, como cultor do Direito que é, que os direitos adquiridos não serão postergados por uma lei posterior à sua vigência e à legalidade do seu ato.

O SR. GERNOTE KIRINUS — (Pela Ordem) Sr. Presidente, gostaria que, assim como foi registrado nos Anais da Casa de que a Bancada do PMDB unanimemente votou contrário à emenda, eu gostaria que também se registrasse nos Anais da Casa, de que a emenda recém-votada foi derrotada

porque a Bancada do PDS não estava com a sua maioria presente, não fazendo portanto jus aos subsídios, como foi criticado pelo Deputado Scarpellini.

Obrigado.

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 154/82, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem 194/82), que altera parcialmente a Lei 5464 (Lei Orgânica do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis), adaptando-a às modificações introduzidas no Código de Processo Civil, através da Lei Federal 7019, de 31 de agosto de 1982. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, encaminhando a votação que é o recurso que temos para falarmos sobre a nossa coerência e sobre a coerência daqueles que conhecemos . . .

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa informa que não fuja do assunto que está sendo discutido.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI — Perfeitamente.

Discutindo o assunto em pauta, Sr. Presidente, gostaríamos de dizer que estamos discutindo esta matéria, sem a assessoria do Cacique Juruna, que estamos aqui nesta Assembléia também sem a assessoria do Cacique Mário Juruna.

Agora queremos dizer, Sr. Presidente, que eu conheço um índio chamado Juruna que faz coisas brancas que branco não faz. Conheço e muito bem as atitudes políticas e pessoais de muita gente.

Quando levei este cacique ao Rio de Janeiro para se filiar no PDT de Brizola, Brizola perguntou a ele se ele iria ou não cortar o cabelo naquela oportunidade para disputar as eleições. E dentro da sua personalidade ele se negou, se mostrou ser um homem de personalidade.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa solicita ao nobre orador que se atenha à matéria que está em discussão.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI — Eu vou chegar a ela, Sr. Presidente. Portanto, tem muita gente que tem bronca de índio, que pensa que índio escalpela alguém; índio não escalpela, principalmente o Juruna.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a nossa posição é com a bancada do PMDB, é com a vontade do povo do Paraná e a vontade do povo do Paraná e a vontade do povo do Paraná foi eleger José Richa para que no seu governo ele implante as reformas preconizadas durante a campanha política e não agora uma maioria do PDS que não tem comando, que se tornou minoria também nesta Casa, vem querer impor a um Governo que ganhou esmagadoramente as eleições como deve governar o Paraná.

Quem vai dizer como vai governar o Paraná é José Richa, não é a bancada minoritária hoje aqui, não é os perdedores. que ditam as normas aos vencedores. - (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está em votação o Projeto de Lei 154/82. — Aprovado.

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 153/82, de autoria do Poder Executivo (Mensagem 193/82), que autoriza o Poder Executivo a, mediante decreto e observadas as limitações orçamentárias, fixar composição de vencimentos dos integrantes do Quadro Próprio do Magistério, conforme especifica. Com pareceres Favoráveis da C.C.J., e C.F., por unanimidade. Em Regime de Urgência. - Aprovado.

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 151/82, de autoria do Poder Executivo (Mensagem 178/82), que estabelece sanções

pelas infringências à Lei 7389, de 12 de novembro de 1980, que estabelece áreas e locais considerados de especial interesse turístico. Com parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 150/82, de autoria do Poder Executivo (Mensagem 171/82), que estende aos Policiais Militares inativos durante a vigência da Lei 7343, as disposições dos arts. 1.º e 3.º da Lei 7637, e aos reformados ou transferidos para a reserva remunerada, assegura situação que especifica. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J., e C.F., por unanimidade. Em regime de urgência. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 142/82, de autoria do Poder Executivo (Mensagem 156/82), que autoriza abertura de um Crédito Especial no valor de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), destinado a atender despesas com ampliação das dependências do prédio da Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana. Com parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 163/82 (Mensagem 188/82, ex-Proposição 169/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termo Aditivo, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Nova Cantu, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS. Em regime de urgência. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 162/82, (Mensagem 189/82, ex-Proposição 168/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termo Aditivo celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios aqui nominados, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS. Em regime de urgência. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 161/82, (Mensagem 187/82, ex-Proposição 167/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Tibagi, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS. Em regime de urgência. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 160/82 (Mensagem 186/82, ex-Proposição 166/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, objetivando assegurar a continuidade do Programa de Migrações Internas no Estado, de acordo com as diretrizes definidas pela E.M. 004/82. Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 159/82, (Mensagem 185/82, ex-Proposição n.º 165/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênios ce-

lebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e os Municípios de Guaíra e União da Vitória, tendo como intervenientes o Departamento de Trânsito, objetivando harmonização das diretrizes de serviços de trânsito com estudos de planejamento urbano dos referidos municípios. Em regime de urgência. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 158/82, (Mensagem 190/82, ex-Proposição 164/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de Uniflor, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná. Em Regime de Urgência. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 157/82 (Mensagem 184/82, ex-Proposição 163/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênio celebrado através da Secretaria de Estado dos Transportes e a Empresa Brasileira de Planejamento dos Transportes - GEITOP, objetivando a prestação de serviços de assistência técnica e a coparticipação em estudos e pesquisas de transportes no Estado. Em Regime de Urgência. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 156/82 (Mensagem 183/82, ex-Proposição 162/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de Paranacity, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme o Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná. Em Regime de Urgência. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 155/82 (Mensagem 182/82, ex-Proposição 160/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termos Aditivos firmados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios aqui nominados, a termos de Cooperação Técnica e Financeira, para execução do PROSAFRAS - celebrados com os Municípios citados. Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 154/82 (Mensagem 181/82, ex-Proposição 159/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termos Aditivos aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios especificados e que objetiva a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS. Em Regime de Urgência. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 153/82, (Mensagem 180/82, ex-Proposição 158/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Agudos do Sul, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS. Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 152/82, (Mensagem 179/82, ex-Proposição 157/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e o Município de Itambaracá, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE. Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 151/82, (Mensagem 177/72, ex-Proposição 156/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Terceiro Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Ribeirão Claro, objetivando a execução de Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS. - Em Regime de Urgência. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 150/82 (Mensagem 176/82, ex-Proposição 155/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Curitiba, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS. Em Regime de Urgência. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 149/82, (Mensagem 175/82, ex-Proposição 154/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e os Municípios aqui nominados, objetivando a realização de feiras agropecuárias, outros eventos assemelhados, bem como a execução de programas especiais no setor agrícola. Em Regime de Urgência. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 148/82, (Mensagem 174/82, ex-Proposição 153/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e os Municípios aqui mencionados, objetivando a realização de feiras agropecuárias, outros eventos assemelhados, bem como a execução de programas especiais no setor agrícola. Em Regime de Urgência. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 147/82, (Mensagem 173/82, ex-Proposição 152/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura, com objetivos mencionados. Em Regime de Urgência. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 146/82, (Mensagem 172/82, ex-Proposição 151/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Interior e o Município de Tapejara, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de controle da erosão urbana. Em Regime de Urgência. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 145/82, (Mensagem 170/82, ex-Proposição 149/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios aqui nominados, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS. Em Regime de Urgência. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 144/82, (Mensagem 169/82, ex-Proposição 148/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios de Grandes Rios e Londrina, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS. Em Regime de Urgência. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 143/82, (Mensagem 168/82, ex-Proposição 147/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênios SEPL/16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de Guaíra, objetivando o repasse de recursos financeiros ao referido município, para a execução das obras que especifica. Em Regime de Urgência. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 142/82, (Mensagem 166/82, ex-Proposição 146/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, através de Órgão citado e o Município de Siqueira Campos, objetivando procedimentos conjuntos no sentido da melhoria do aeroporto do referido município. Em Regime de Urgência. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 141/82 (Mensagem 165/82, ex-Proposição 145/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e o Município de Paraíso do Norte, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná. - PRONOROESTE. Em Regime de Urgência. — **Aprovado**

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 140/82, (Mensagem 164/82, ex-Proposição 144/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através de Órgão citado e os Municípios aqui nominados, que objetiva a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE. Em Regime de Urgência. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 139/82, (Mensagem 163/82, ex-Proposição 143/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termos Aditivos aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios aqui nominados, objetivando a

execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS. Em Regime de Urgência. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 138/82, (Mensagem 162/82, ex-Proposição 142/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termos Aditivos aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e respectivamente os Municípios de Faxinal e Ortigueira, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS, no exercício de 1982. Em Regime de Urgência. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 137/82, (Mensagem 161/82, ex-Proposição 141/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os Municípios aqui nominados, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE. Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 136/82, (Mensagem 160/82, ex-Proposição 140/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênio celebrado através da Secretaria de Estado do Interior e o Município de Araruna, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE. Em Regime de Urgência. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 135/82, (Mensagem 159/82, ex-Proposição 139/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através de Órgão citado e os Municípios aqui nominados, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE. Em Regime de Urgência. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 134/82, de autoria da Comissão Executiva, que dispõe sobre a fixação da remuneração dos Deputados à Assembléia Legislativa para a próxima legislatura, e dá outras providências. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Com Emenda Substitutiva Geral do Plenário. Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação e votação da Redação Final dos Projetos de Lei e de Resolução, aprovados em 3.^a Discussão na sessão de hoje. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeir-

ro, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao Sr. Presidente da FAMEPAR, Sr. Eleutério Dallazem, pelo êxito do "Seminário para Prefeitos dos Novos Municípios" e "Seminário para Prefeitos que deixam os cargos". - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando a retirada e o consequente arquivamento do Projeto de Lei n.º 148/82. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, consubstanciado em pedido de informações sobre expedição de carteiras de motorista, amador ou profissional, pelo DETRAN de Umuarama nos últimos seis meses. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a convocação do Sr. Secretário das Finanças, para prestar esclarecimentos sobre a Mensagem Governamental 192/82, Projeto de Lei 152/82. - **Prejudicado face aprovação do referido projeto.**

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Solicito ao Sr. 1.º Secretário que proceda a leitura da Sinopse dos Trabalhos Legislativos e Administrativos desta Assembléia Legislativa, no decorrer do presente período extraordinário.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Procede à leitura da Sinopse. (A Sinopse acha-se publicada no final desta Ata).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Presidência suspende a presente sessão por alguns minutos para lavratura da ata a ser aprovada ainda nesta sessão. (Está suspensa a sessão).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está reaberta a sessão.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura desta ata a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão e encerrado igualmente o período extraordinário, ressalvada a possibilidade de nova convocação.

Levanta-se a Sessão.

DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO
SERVIÇO DE ESTATÍSTICA

SINOPSE DOS TRABALHOS LEGISLATIVOS E
ADMINISTRATIVOS DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO,
COMPREENDIDO ENTRE 20 DE DEZEMBRO A
03 DE JANEIRO DE 1.983

Sessão de Instalação	001
Sessões Extraordinárias	008
Projetos de Lei Apresentados	004
Projetos de Lei Aprovados	006
Projetos de Lei Sancionados pelo Sr. Governador	011
Projeto de Resolução Apresentado	001
Projetos de Resoluções Aprovados	030
Requerimentos dos Srs. Deputados	013
Votos de Louvor, Regozijo e Congratulações	001
Votos de Pesar	003
Mensagens do Sr. Governador	017
Ofícios do Sr. Governador	011
Ofícios das Câmaras	001
Resoluções Promulgadas pelo Sr. Presidente	026